

## **Repensando as Classes Sociais: reflexões sobre a atualidade e experiência histórica no Brasil**

***Renata Silva Zambelli***

Trabalho submetido à Comissão nº2: Classes, movimentos sociais e partidos políticos.

Subtema: Classes, Cultura e Luta de Classes.

Instituição: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/Brasil. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Área de Concentração: História Econômica. Instituto de Economia. IE/ UNICAMP.

Agência financiadora da pesquisa: Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq.

E-mail: [renatazambelli@eco.unicamp.br](mailto:renatazambelli@eco.unicamp.br).

### **Índice**

I)	Introdução .....	02
II)	As Classes Sociais na Teoria Marxista .....	02
III)	A temática das classes sociais no Brasil: uma perspectiva histórica .....	03
IV)	Referências Bibliográficas .....	09

## I) Introdução

Assistimos atualmente o florescimento no seio das Ciências Humanas, o florescimento de tendências que dedicam-se, antes de mais nada, à reordenação dos supostos e das bases constitutivas da realidade. Tratam-se de vertentes que, em diferentes ramos do conhecimento, se encarregam de velar a completa consideração da realidade, gerando um esvaziamento de perspectivas e propostas para o novo século e imprimindo aos debates correntes um caráter destituído de críticas e alternativas. As afirmações acima são facilmente exemplificadas quando analisamos os movimentos disseminados a partir da década de 70 tanto na História quanto na Sociologia.

A chamada ‘crise de representação’ do conjunto das Ciências Humanas – marcada pelo descrédito na eficácia de suficiência dos paradigmas até então existentes – gerou frutos como a corrente da Nova História e o pós-modernismo das Ciências Sociais. Em ambos os casos as disciplinas tornaram-se fragmentadas, não considerando a totalidade como ponto de partida fundamental para suas reflexões e, destituindo-se da sensibilidade que valorizava, sobretudo, o sujeito e a ação social.

Assim como na categoria trabalho, que perde sua centralidade na nova cultura intelectual do pós-modernismo, a categoria *classe* e sua prática de luta seguem a mesma trilha, nesse movimento dominante de renovação cultural, cabendo ao pensamento crítico o resgate de sua importância e amplitude para as questões atuais.

## II) As Classes Sociais na Teoria Marxista

Tomemos, inicialmente, algumas definições acerca do conceito marxista de classe como categoria fundamental da realidade, bem como suas implicações em termos de luta e transformações. Partimos para uma primeira indagação, que se refere ao significado de tais classes na teoria marxista.

As classes podem ser definidas como “um conjunto de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1975, p.13). Em outras palavras, nossa categoria de análise é definida através do posicionamento dos agentes no conjunto das práticas sociais, pelo seu lugar na divisão social do trabalho. Sabemos, contudo, que a determinação econômica não é suficiente para a construção teórica do conceito marxista de classe social, enfoque amplamente utilizado para a problemática das classes n’*O Capital*. Ressaltamos aqui a importância da determinação política e ideológica para a consecução de tal objetivo, a partir de obras como *A Miséria da Filosofia* e *A Guerra Civil na França*, que datam respectivamente de 1848 e 1891. Assim, faz-se necessária a apreensão do conceito nas referidas obras e seu encadeamento com as proposições elaboradas n’*O Capital*.

Mediante a divisão social do trabalho, as classes, camadas ou categorias sociais ocupam seu lugar na sociedade, ou seja, a partir da base material e da organização do trabalho no modo de produção capitalista, dá-se a sua *determinação estrutural*. Contudo, tal determinação é afetada pela interação com a Superestrutura, isto é, pelas relações de dominação e subordinação políticas, ideológicas e econômicas (POULANTZAS, 1975, p.15).

Através dessa complexa teia de interações entre a base material e a superestrutura, temos que, da determinação estrutural das classes – lugar ocupado pelo conjunto dos agentes de acordo com a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho – origina-se sua luta – prática nas esferas política, ideológicas e econômicas – que definirá a conjuntura, a posição das classes que vão

se constituindo em forças sociais. Assim, a determinação estrutural da classe não se refere somente à sua situação econômica; refere-se também à luta política e ideológica das classes, expressando-se estas pela posição de classe na *conjuntura*.

A sociedade capitalista com suas relações de produção correspondentes – propriedade privada dos meios de produção e trabalho direto cujo único domínio é o seu esforço também transmutado em mercadoria – significam a um só tempo e a um só momento a divisão de classes, exploração do sobretabalho e atividade política dos agentes envolvidos – a luta de classes. Vale ressaltar que as formações sociais não comportam somente os dois tipos fundamentais de classe – trabalhadores e proletários – mas sim que estes são os grupos por onde passa a contradição principal do dominante modo de produção capitalista.

Há, na teoria marxista acerca das classes, a distinção das frações, camadas e categorias sociais, demilitação esta pautada pelo lugar específico assumido por cada grupo nas relações políticas e ideológicas. Para exemplificar tal afirmação, podemos abordar os casos da Burocracia de Estado e dos grupos formados pelos intelectuais, que são definidos pelo seu peculiar papel nas relações políticas e ideológicas, respectivamente. A consideração de elementos que vão além da esfera econômica é indispensável, uma vez que tais frações e camadas podem assumir, segundo uma determinada estrutura concreta, um papel de forças sociais autônomas (POULANTZAS, 1975, 25).

Retornemos a uma análise mais detida da contradição fundamental do modo de produção capitalista. Dada a relação antagônica entre capital e trabalho, podemos delinear três etapas distintas a serem percorridas pelas formações sociais divididas em classes. Num primeiro momento, Marx atém-se à luta econômica entre capitalista e operário, situada no âmbito individual, dos agentes de produção, embate inicial onde não se manifesta nitidamente as relações de classe. Num momento ulterior à proletarianização de grandes contingentes humanos e à formação da consciência perante os interesses comuns e coletivos, tem-se estabelecido o contraponto entre burguesia e camadas operárias, que progressivamente passa a ser o choque entre as duas classes. Em outras palavras,

*“Assim, esta massa já é uma classe perante o capital, mas ainda não para si mesma. Na luta, da qual só assinalamos algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si. Os interesses que ela define tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.”* (POULANTZAS, 1971, p.59)

No trecho acima adiantamos a última etapa elaborada por Marx em relação à constituição das classes: sua organização e luta política, uma vez que “o proletariado só existe enquanto classe na sua organização política distinta” (POULANTZAS, 1971, p.59). Neste momento último, torna-se premente à classe operária a organização e coligação, que servirão de alavanca para a continuidade do embate e luta contra o poder político e econômico.

Assim, a luta política de classe torna-se nível sobredeterminante do domínio das relações sociais, concentrando as suas contradições e refletindo as interações com os outros níveis de luta de classe. Nesse sentido, Marx converge sua teoria acerca das classes para o ponto considerado por ele nodal: a luta política das classes como elemento crucial da transformação e motor da História.

### **III) A temática das classes sociais no Brasil: uma perspectiva histórica**

A temática tão ampla e complexa das classes sociais mostra-se encadeada de forma particular em diferentes momentos históricos, ora envolta em densos véus, ora pronunciada em suas contradições fundamentais. Na história brasileira, a análise da questão das classes e movimentos sociais mostra-se extremamente fértil nas décadas de 50 e 60, mais especificamente até o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, de 15 anos de duração.

Coincidentemente à maioria dos países latino-americanos, as décadas de 50 e 60 foram marcadas por um grande surto industrializante cujos efeitos foram a abertura de possibilidades de ocupação nas grandes indústrias, maciços contingentes de migrantes às cidades, mudança do padrão de vida, consumo e “modernização” nacional restrita a pequenas regiões e parcelas da população. Podemos ressaltar como características a proletarianização de grandes contingentes populacionais, assim como a ascensão tanto de uma burguesia industrial forte, como de uma ampla camada de classe média urbana.

Caminha, inspirada nesse período e em seus desdobramentos, uma discussão nos meios intelectuais brasileiros que aborda o tema da ‘Revolução Brasileira’. Datando algumas obras relativas ao assunto de anos posteriores ao golpe da ditadura militar, estes autores brasileiros – dentre eles Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré – debruçaram-se sobre teorias e projetos com a finalidade de influenciar a realidade e viabilizar a construção na nação brasileira – que nesse momento histórico sofria rápidas transformações – atuando na extrema desigualdade nacional e regional, além da subordinação interna à lógica de acumulação de capital internacional.

Um dos desafios dos teóricos da ‘Revolução Brasileira’ era definir obstáculos que deveriam ser enfrentados pelas classes nacionais visando a transformações sociais e políticas capazes de conciliar desenvolvimento econômico, democracia e soberania nacional. Podemos delinear, porém, uma grande tarefa desta empreitada: desvendar as tendências efetivas da luta de classes, a fim de impulsioná-la no sentido da superação dos nós internos e externos responsáveis pelas mazelas do povo. E, para tanto, seria premente o esforço teórico de rejeição de modelos interpretativos abstratos e pré-concebidos, tornando-se essencial buscar a solução dos problemas nas próprias contradições do processo histórico brasileiro, na dinâmica onde a problemática se propõe (SAMPAIO, 2000).

Em meio a este fértil debate, destacamos as proposições de um autor nacional de inspiração marxista ao longo das décadas de 50 e 60, especialmente sua análise relativa ao período que se estende do segundo Governo Vargas até o desfecho do golpe de 64, encerrando o Governo Goulart, e, paralelamente, a duas relevantes instituições do pensamento social brasileiro cujas produções foram influenciadas pela participação do autor: o Partido Comunista Brasileiro e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Realizando também uma releitura da história do Brasil em suas obras, Sodré enfatiza quão pesado é o legado colonial na constituição da sociedade brasileira; para o autor, o descompasso de desenvolvimento nas regiões capitalistas se deve, essencialmente, aos antecedentes e às diferenças da formação do referido modo de produção nas mesmas<sup>1</sup>.

Nesse sentido, a peculiaridade da formação capitalista brasileira tem três aspectos básicos na opinião de Sodré. Seu germe encontra-se na fase colonial, a partir da instauração de um sistema mercantilista interno, onde quase a totalidade da atividade produtiva era direcionada ao desenvolvimento do capital comercial europeu. A “heterocronia” gerada pela integração da comunidade primitiva à Revolução Comercial veio, na opinião do autor, a condicionar as condições internas e externas da construção do país (SODRÉ, 1963, p.70).

Junto a esse traço essencial, evidencia-se a existência de áreas que, contemporaneamente, vivem diferentes tempos históricos e desigualdades no que tange à evolução material. Além disso, o autor resalta que a comunidade colonial não pôde desenvolver-se, resultando numa sociedade em que “os alicerces (...) foram importados, transplantados” (SODRÉ, 1990, p.11). Nesses termos, desenrolava-se o processo de acumulação primitiva nas formas pré-capitalistas do Brasil, gerando um montante de recursos comprometidos com o exterior que, internamente, transformava-se num fluxo ‘desacumulador’.

Marcado por uma sociedade anteriormente escravista e pelo predomínio das formas latifundiárias de produção, o desenvolvimento econômico no Brasil ganhou um impulso

<sup>1</sup> No Brasil colonial, onde se estabeleceu uma estrutura de produção baseada em propriedade territorial e escravidão, estabeleceu-se uma forma distinta de capitalismo, o “capitalismo comercial”, cujo funcionamento completava a acumulação primitiva da metrópole (SODRÉ, 1957, p.25).

consideravelmente maior com a passagem da economia colonial à economia dependente<sup>2</sup>. O advento da I Guerra Mundial e a crise dos anos 30 representaram um marco para a evolução das forças produtivas nacionais, acelerando as relações capitalistas e, segundo o autor, apresentando-se como um episódio da Revolução Burguesa nacional.

Ponto central para a compreensão do desenvolvimento capitalista brasileiro, Sodré situa o início do processo de Revolução Burguesa em fins do século XIX, onde a junção das relações capitalistas que se inauguram com a evolução da estrutura social dá espaço à burguesia nacional, esta se estabelecendo como classe economicamente dominante e permeando os aparelhos do Estado. Ao valer-se do termo revolução, Sodré baseia-se nos escritos de Marx para referir-se à passagem de um modo de produção a outro, onde antigas relações de produção dão espaço a novas forças produtivas. Em outras palavras,

*“é o processo de mudança que, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo desenvolvimento das relações capitalistas, permitiu à Burguesia tornar-se classe dominante e introduzir as relações superestruturais necessárias à preservação e desenvolvimento de seus interesses de classe” (SODRÉ, 1990, p.91).*

Fundamentando em largos traços a trajetória do capitalismo no Brasil, o autor marca, primeiramente, a transição da economia colonial ao status dependente no momento em que se inicia a industrialização, inaugurando a lenta acumulação capitalista voltada para o fluxo interno. O segundo grande passo rumo ao desenvolvimento capitalista nacional resultou das dificuldades trazidas pelo conflito mundial de 1914, consolidando a indústria como eixo da economia de mercado interno. Finalmente, a Grande Depressão dos anos 30 contribuiu para o colapso do comércio cafeeiro, direcionando o montante de renda nele envolvido para o fomento da atividade industrial (SODRÉ, 1990).

Sendo assim, a trajetória do desenvolvimento no Brasil, além de corresponder a relações precisas de produção, é determinada pela forma como se descreve a Revolução Burguesa, processo orientado pela ação estatal, que atua articulando as forças produtivas internas e as necessidades de reprodução da sociedade<sup>3</sup> (SODRÉ, 1990). Nessa concepção, trata-se da burguesia industrial nacional que, voltada para os seus interesses, contribuiria para o amadurecimento das relações capitalistas internas, cujos benefícios se expandiriam para toda a nação. Similarmente ao Partido Comunista Brasileiro, Sodré adota uma visão gradual do desenvolvimento nacional, que se daria através de um lento processo; a autonomia e o progresso da economia baseada na indústria gerariam melhora no nível de vida material e cultural da população, garantindo liberdade e direitos democráticos à maioria (PESSOA, 1980).

Num esforço para a compreensão das defasagens da formação brasileira, Sodré ausenta-se das convencionais interpretações do termo subdesenvolvimento, cujo conteúdo preocupa-se apenas em “mostrar nossas mazelas, desconhecendo as suas causas” (SODRÉ, 1990, p.119). Nesse sentido, interessa ao autor revelar os reais entraves à expansão do capitalismo no Brasil – a permanência do latifúndio e a constante presença imperialista – e a disseminação de seus frutos à nação com um todo.

Constituindo um obstáculo ao progresso econômico nacional e caracterizada como contradição interna, a concentração de propriedade territorial foi um dos alicerces da colonização e

---

<sup>2</sup> O advento da economia cafeeira e a indústria nascente propiciaram a acumulação interna e marcaram a transição da economia nos seus moldes coloniais à estrutura dependente (SODRÉ, 1990, p.93).

<sup>3</sup> São instrumentos do desenvolvimento para Sodré: a “intervenção pública”, que através da consolidação das forças produtivas internas pode dar bases autônomas à industrialização pesada; a “autonomia dos centros de decisão”, rompendo a posição subordinada ao mercado internacional; a “dinamização do mercado interno”, impondo assim uma dinâmica de acumulação interna e expansão da economia como um todo (CAMPOS, 2003, p.94).

critério inicial de discriminação das classes sociais (SODRÉ, 1957, p.24). A concentração de terras resulta na permanência de anacrônicas relações pré-capitalistas de trabalho e num elevado grau de exploração dos trabalhadores rurais; traz ao aparelho estatal a classe fundiária conservadora defensora da antiga economia agro-exportadora, responsável por dificultar muitas resoluções necessárias ao fomento das bases materiais nacionais.

A atuação imperialista, favorecendo-se de suas alianças com segmentos não nacionalistas da burguesia, explora e controla parcelas do mercado, apropriando-se da taxa de acumulação de capital interna e retardando o ritmo do progresso (PESSOA, 1980). Tornava-se, então, imperativo o controle do capital estrangeiro, segundo esta concepção, a fim de sanar “a desnacionalização da economia, a entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional” (SODRÉ, 1974, p.151).

Destarte, faz-se necessária à adoção de uma via de desenvolvimento que busque uma saída autônoma, sobrepondo-se ao “controle das forças conservadoras internas e forças neocolonialistas externas” (SODRÉ, 1990, p.114). A possibilidade concreta de ter ensejado um projeto nacional sem as limitações do capital internacional, ou seja, a estratégia de consolidação das bases autônomas do capitalismo brasileiro deu-se no período denominado pelo autor de “Era Vargas” (primeiro e segundo governos, de 1930 a 1945 e, 1951 a 1954, respectivamente). Nesse contexto, contudo, esbarramos em nossa questão central: a quem caberia a tarefa condutora de tal projeto, qual classe, fração ou categoria social poderia alavancar o progresso nacional?

Decompondo em pólos antagônicos a sociedade brasileira da “Era Vargas” até a derrocada do governo Goulart, as proposições de Sodré estabelecem, de um lado, a burguesia industrial nacionalista – parcela que, para o autor, não se aliou aos interesses de expropriação imperialistas – pequena burguesia urbana e a classe trabalhadora; adversamente, situa-se a grande burguesia, imperialista ou agrária, junto das próprias empresas estrangeiras (SODRÉ, 1957, p.50). Assim, delineiam-se claramente os contornos assumidos pelo agente histórico de Sodré: uma aliança entre ação estatal, que interage estrategicamente com a política externa e capital internacional, e a burguesia nacional, a quem cabe os imperativos do projeto de capitalismo autônomo. Associada à classe trabalhadora, a parcela “nacionalista” da burguesia assume as tarefas do desenvolvimento visando à acumulação de capital e aceleração do progresso (CAMPOS, 2003).

Vale ressaltar aqui as circunstâncias em que o autor defende a atuação da burguesia nacional. No momento histórico em questão, grande parte dos intelectuais críticos creditava à burguesia – em sua parcela nacionalista, não aliada aos interesses externos de acumulação de capital – a responsabilidade de alavancar o progresso das forças produtivas internas objetivando a *autonomia* perante os centros capitalistas. Posteriormente à essa fase de desenvolvimento autônomo, de auto-suficiência material, estaria a nação em condições de prosseguir em suas transformações, apta para a etapa da Revolução Socialista.

Evidencia-se aqui a grande atenção despendida pelo autor às classes sociais, sendo essas, em sua concepção, elemento central da História (SODRÉ, 1967). Nessa visão, não se trata de um sujeito único que irá dinamizar a autonomia nacional, trata-se da união do planejamento estatal à aliança entre “a burguesia nacional e o proletariado como forças capazes de transformar aquela estrutura em uma estrutura nacional” e cujos interesses, considerados comuns, confundem-se com os anseios coletivos (SODRÉ, 1957, p.51).

Na opinião do autor, marcando uma inflexão em relação ao projeto de desenvolvimento autônomo iniciado no período Vargas, a subsequente presidência de Juscelino Kubitschek – 1955 a 1960 – inaugurou a fase desenvolvimentista. Distanciando-se das políticas nacionalistas e baseando-se na união entre imperialismo e forças conservadoras, o governo JK, suprimiu a área estatal como elemento resistente à lógica imperialista e, através da entrada maciça de capital estrangeiro, promoveu a internacionalização da economia. A breve tentativa da “política de conciliação” entre capitalismo nacional e interesses imperialistas foi interrompida com o golpe de 64; o conseqüente fim do governo

Goulart representou a última oportunidade para retomada do projeto de “Revolução Brasileira”, que definitivamente seria abandonado com a implementação do “modelo brasileiro de desenvolvimento” (CAMPOS, 2003, p.98-99).

Contemporaneamente às proposições de Sodré, situavam-se outros teóricos do desenvolvimento na década de 50 que compunham os quadros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, instituição na qual o autor teve destacado papel. Empenhados na elaboração de uma ideologia que mobilizasse a sociedade em prol dos esforços requeridos pelo desenvolvimento, tais intelectuais tinham um projeto inovador e progressista de “revolução nacional e democrática”<sup>4</sup> (TOLEDO, 1997, p.12).

Na concepção isebiana, o desenvolvimento nacional dar-se-ia gradualmente através da utilização do saber, despertando a consciência na maioria menos esclarecida da sociedade, no intuito de firmar um pacto de cooperação entre as diversas classes – pacto este visto como etapa anterior e necessária rumo a maiores transformações: a Revolução Socialista. Numa etapa posterior, o desenvolvimento seria pautado pela ação política à luz da aliança de diferentes segmentos da sociedade.

Vemos, então, que as discussões das décadas de 50 e 60 correntemente debruçavam-se sobre as questões da Nação, da relevância da autonomia das bases materiais e da centralidade das classes e suas relações como instrumento de ação transformadora, de atuação efetiva na realidade. É necessário considerar as divergências das necessidades atuais com os projetos passados – hoje conscientizamo-nos que de faz-se premente uma ação transformadora radical frente à realidade, ao passo que nas décadas passadas era corrente o pensamento crítico pautado pela visão das etapas e pela união das classes para um desenvolvimento nacional autônomo, fases anteriores à revolução socialista. Destarte, a temática das classes e sua luta necessita não só ser retomada, bem como avançar a fim de vislumbrarmos alguma alternativa de intervenção na dura realidade.

---

<sup>4</sup> O ISEB foi constituído por diversos intelectuais, entre eles Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Guerreiro Ramos. Vale destacar que nem sempre suas posições são homogêneas e concordantes, havendo divergências internas entre os autores (TOLEDO, 1997).

#### IV) Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Mimeo, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. O pensamento desenvolvimentista. In: \_\_\_\_\_. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAMPOS, F. A., “O debate sobre o Capital Estrangeiro”. In: \_\_\_\_\_. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco*. Campinas: 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

FIORI, J. L. “A propósito da construção interrompida”. *Economia e Sociedade*. Campinas, n.14, junho de 2000.

MANTEGA, G. Caio Prado Jr. e o Capitalismo Colonial. In: \_\_\_\_\_. *A Economia Política Brasileira*. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1991.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 2 ,v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MORAES, J. Q. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol.II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995a.

OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: crítica à Razão Dualista*. 6º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

PESSOA, R. X. C. (Org.) *PCB: Vinte anos de política: 1958-1979. (Documentos)*. São Paulo: LECH, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. (Coleção A questão social no Brasil, nº 7)

POULANTZAS, Nicos. *As classes sócias no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *Poder Político e Classes Sociais no Estado Capitalista*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

SAMPAIO Jr., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Sete notas sobre a teoria da Revolução Brasileira. In: PRADO Jr., Caio e FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930- 1964)*. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SODRÉ, N.W. *As classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Radiografia de um modelo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. “Revolução”. In: SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. “Burguesia e Proletariado”. In: SODRÉ, N. W. *História da Burguesia Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Revolução Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TAVARES, M. C., e BELLUZZO, L. G. M. “Desenvolvimento no Brasil- lembrando um velho tema”. In: BIELSCHOWSKY, R., e MUSSI, C. *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões com economistas brasileiros*. (Orgs.) Brasília: IPEA: CEPAL, 2000.

TOLEDO, C., N. *ISEB: Fábrica de ideologias*. 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 1982.